

Economia - Brasil

PACOTE FISCAL Governo enfrenta o desafio para salvar o real com um conjunto de medidas que pode zerar o déficit público

Arrecadação aumentará R\$ 20 bilhões

CLAUDIA SAFATLE*

BRASÍLIA - Hoje é o dia D do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, anunciam pela manhã um pacote de 40 medidas, entre cortes de gastos e aumento das receitas tributárias, que representarão um esforço fiscal de R\$ 20 bilhões no ano que vem. Funcionários públicos não estáveis serão demitidos e impostos serão aumentados, numa decisão que pode ser suficiente para quase zerar o déficit público no conceito operacional, estimado em 3% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano.

É um pacote forte, aprovado ontem depois de mais de cinco horas de reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com a equipe econômica, e que marcará a virada (ou não) da crise que abalou a economia brasileira, atacada pelo tufão do Sudeste Asiático. Pode ser visto como o derradeiro esforço do governo para manter o regime cambial que sustenta o Real e a própria estabilidade da economia brasileira.

A interlocutores, Fernando Henrique admite, ontem, estar "no círculo" e que sair dessa crise é o maior desafio do seu governo. Ele disse, também, que seu objetivo é produzir um superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os encargos financeiros) de 1,5% a 2% do PIB.

Do conjunto de decisões que serão anunciadas na manhã de hoje consta a demissão de até 33 mil funcionários públicos não-estáveis, com economia de cerca de R\$ 500 milhões na folha de salários anual. Essa é uma velha idéia do governo, que identificou cerca de 55 mil funcionários não-estáveis, mas que está há meses na gaveta aguardando uma decisão definitiva a respeito. Empresas estatais não produtivas deverão ser extintas e cerca de 100 mil aposentadorias irregulares de servidores públicos vão ser canceladas. Esse cancelamento renderia ao governo uma economia de gasto de R\$ 1,6 bilhão ao ano.

CPMF - Dentre as propostas analisadas pelo governo está o aumento dos impostos, como o da alíquota de 0,2% para 0,25% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o que representa aumento da arrecadação em R\$ 1,8 bilhão ao ano. Fontes do governo, porém, explicam que a CPMF poderá não ser alterada. Caso seja feito, Esse é um aumento que, depois de aprovado pelo Congresso, terá 90 dias para entrar em vigor. Outros tributos serão igualmente elevados para engordar a receita do Tesouro Nacional, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bebidas e cigarro e o Imposto de Importação acordado no âmbito da Tarifa Externa Comum (TEC), do Mercosul.

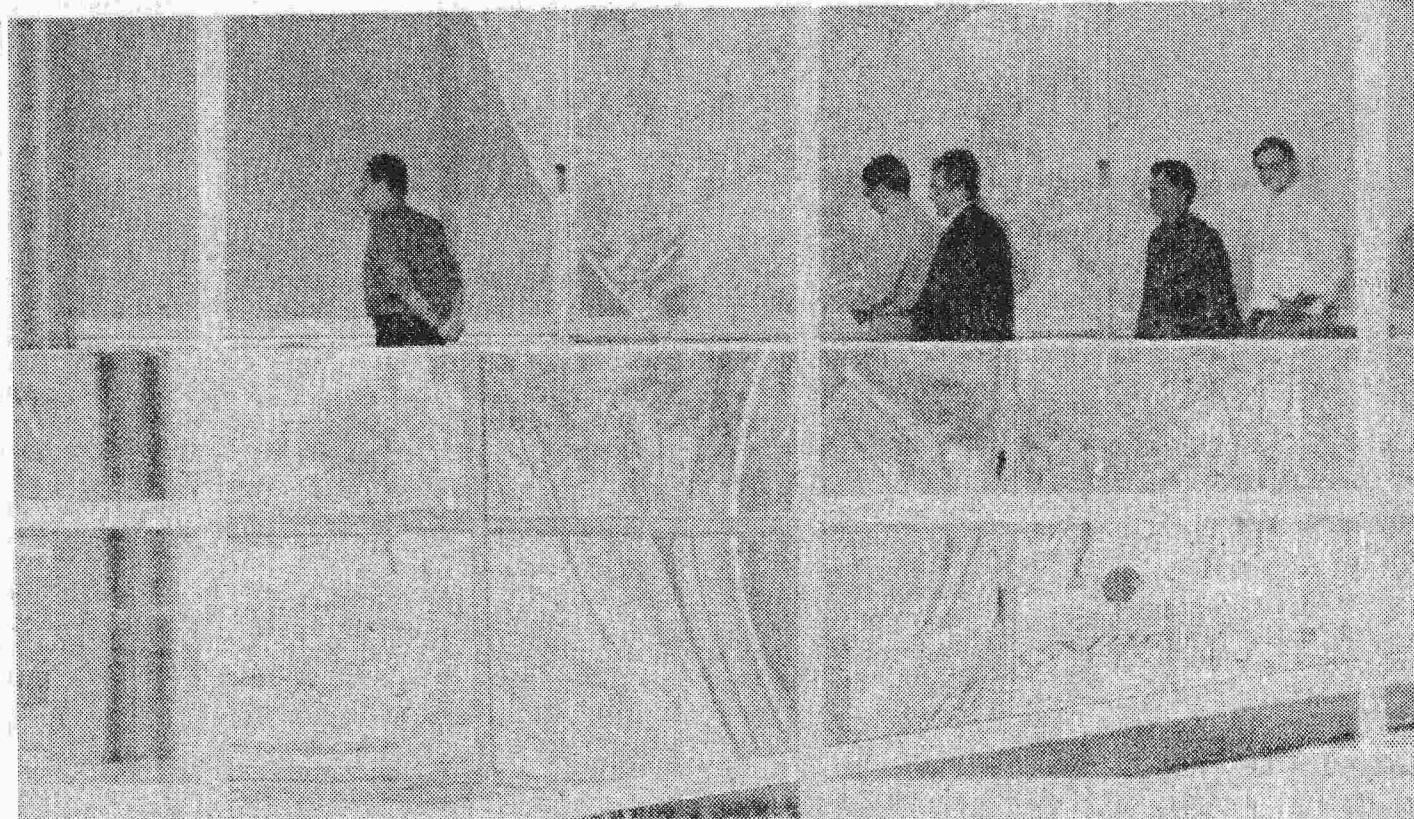
Uma enorme lista de produtos da TEC paga tarifa de importação bem inferior à permitida pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa medida já foi negociada pelo presidente Fernando Henrique com o presidente argentino, Carlos Menem ao taxar mais as importações brasileiras, tornando-as mais caras, além de arrecadar um pouco mais o governo freiar o gasto de dólares com a compra de bens no exterior.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) já esboçava, ontem os primeiros sinais de reação do Congresso ao pacote. Ao **JORNAL DO BRASIL** ele disse: "Na medida em que se garanta o Real, a força da moeda, na medida em que o governo faça o que o País necessita, o Congresso vai compreender e apoiar. Mas é preciso que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha em mente que estas medidas têm um caráter político. Tudo gera consequências. Não se pode colocar algo inviável para a sociedade e para o Congresso. É verdade que o País está gravemente ameaçado, mas há coisas possíveis de se fazer e coisas impossíveis. Não vou especular sobre o que seria impossível".

Ásia - A origem da vulnerabilidade do país à crise que começou na Ásia está no déficit do setor público e no buraco das contas externas, medido pela conta corrente do balanço de pagamentos, e que é financiado pelos dólares captados no mercado internacional. Com as turbulências que abalaram os mercados, o país passou a ser visto com desconfiança pelos investidores externos e os dólares não fluem mais.

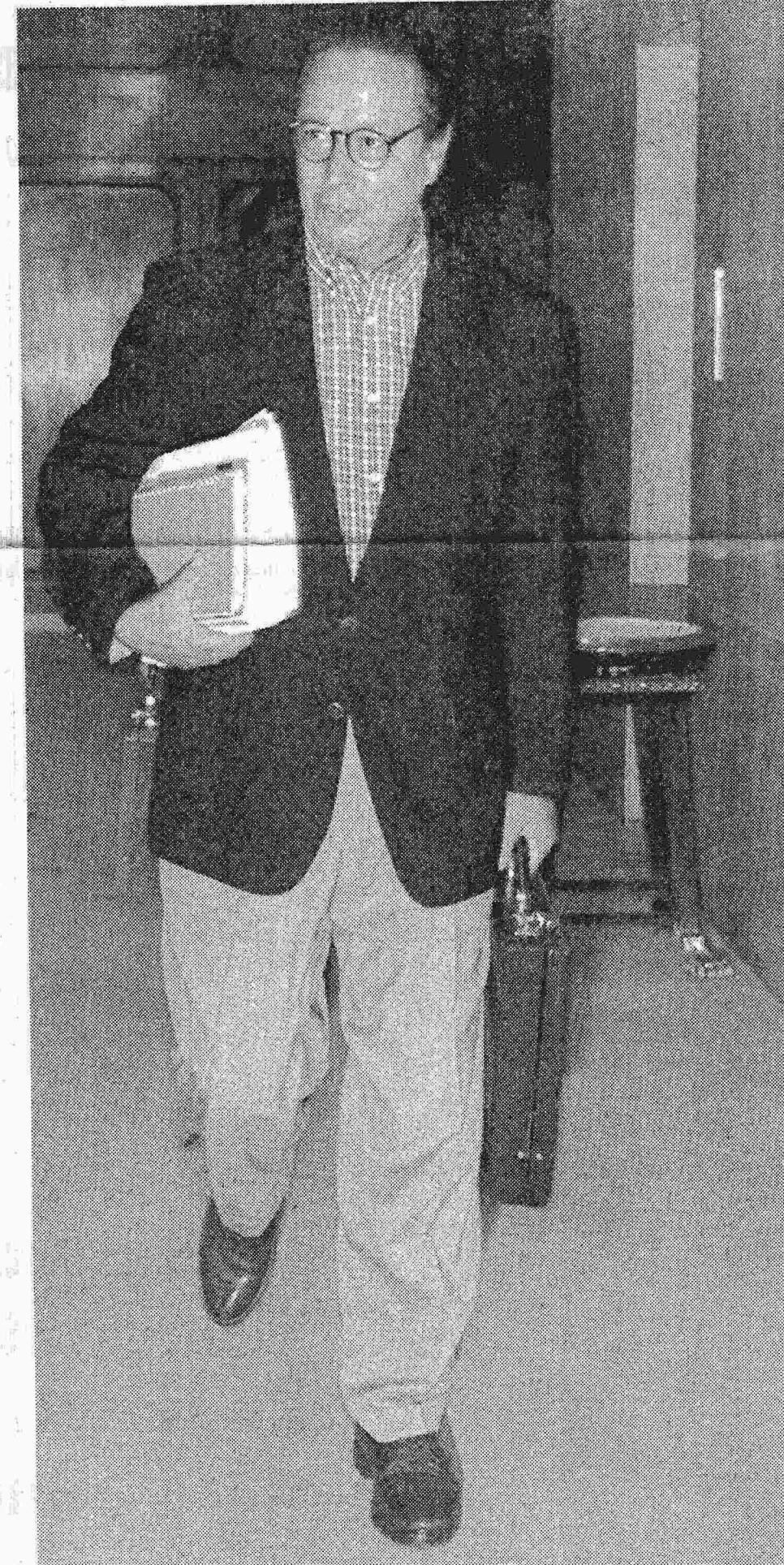
O expediente de domingo no ministério da Fazenda começou pouco antes das 9 horas. Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, da Casa Civil, Clóvis Carvalho, do Planejamento, Antônio Kandir, juntamente com a diretoria do Banco Central, o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, reuniram-se para dar o texto final às medidas. Também estava presente o economista André Lara Resende, encarregado de preparar as mudanças mais profundas no sistema de previdência social.

Além das medidas de sacrifício, o governo quer anunciar, também, providências que atenuem a recessão e melhorem a performance da balança comercial. Serão incentivos às exportações, à construção civil e à agricultura.

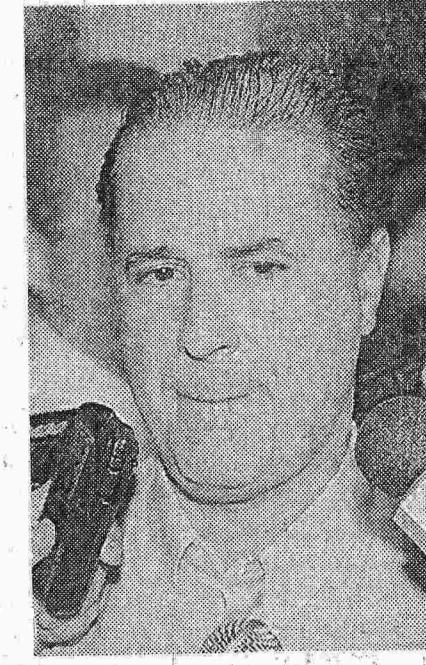


O presidente Fernando Henrique caminha para a sala de reunião seguida pela equipe econômica: trabalho no domingo

Brasília - Dida Sampaio/AE



O ministro Pedro Malan: aumento de impostos e cortes no orçamento



A INTEGRA

O porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, após a reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com a equipe econômica, ontem à noite, no Palácio da Alvorada, declarou:

"O presidente acabou de aprovar um conjunto de 40 medidas que foram propostas a ele pelos ministros da Fazenda e do Planejamento com o objetivo de produzir um significativo ajuste nas contas públicas. Este conjunto de medidas, que têm ações tanto do lado do corte dos gastos, quanto do aumento de tributos, deverá produzir um ganho fiscal da ordem de R\$ 20 bilhões. Os ministros da Fazenda e do Planejamento deverão fazer o anúncio dessas medidas amanhã (hoje), às 9h30, no Ministério da Fazenda. Não haverá medidas que possam implicar em qualquer ruptura da ordem econômica, qualquer infração aos direitos, nem medidas que não estejam inteiramente dentro das possibilidades dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento".

AS MEDIDAS

DEMISSÕES: o governo deve demitir entre 25 mil (mínimo) e 33 mil (máximo) funcionários públicos federais que não gozam de estabilidade no emprego. Serão demitidos funcionários de baixa qualificação técnica. A medida deverá gerar economia anual entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões.

APOSENTADORIAS IRREGULARES: o governo vai cancelar, ainda este mês, aposentadorias irregulares de 100 mil funcionários públicos. Em 12 meses, a medida vai gerar economia de R\$ 1,6 bilhão.

CARGOS EM COMISSÃO: está suspensa a concessão de novos cargos comissionados dentro do governo. A medida que os cargos ficarem vagos, não serão mais ocupados.

CPMF: conhecida como o imposto sobre cheque, a contribuição terá a alíquota elevada de 0,20% para 0,25%. A mudança será feita por projeto de lei para entrar em vigor dentro de 90 dias. Vai gerar uma receita adicional de R\$ 1,8 bilhão.

DOAÇÕES: o governo deve cortar a dedução, no Imposto de Renda das Pessoas Físicas, das doações amparadas no Fundo Nacional de Cultura e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A economia anual chegará a R\$ 200 milhões.

PENSÕES: o governo vai reeditar medida provisória, estabelecendo que a concessão da pensão, por morte do segurado, só valerá, para pagamento imediato da pensão, se requerida em até 30 dias após o falecimento. No caso de quem solicitar a pensão após 30 dias, o pagamento não será retroativo à data da morte do segurado.

ENTIDADES FILANTRÓPICAS: o governo vai acabar com a isenção da contribuição patronal ao INSS de entidades filantrópicas, como hospitais, colégios, faculdades e algumas empresas. Em um ano, esta medida deve assegurar arrecadação adicional superior a R\$ 1 bilhão aos cofres do governo.

IDOSOS - CARENTES: o governo decidiu elevar, de 68 anos, para 70 anos, a idade mínima para que pessoas idosas e carentes requeiram do INSS o benefício mínimo da aposentadoria, equivalente a um salário mínimo (R\$ 120,00).

INCENTIVOS FISCAIS: com a renúncia fiscal prevista no orçamento de 1998, o governo deixaria de arrecadar R\$ 17,3 bilhões. A idéia é cortar boa parte dos incentivos.

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO: o governo aumentará as alíquotas de importação de uma relação de produtos para incrementar a arrecadação. A elevação ocorrerá principalmente naqueles produtos cujos preços não têm grande impacto sobre a inflação.

BEBIDAS E CIGARROS: o governo deve elevar as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre bebidas e cigarros. O governo avalia que a medida não tem impacto sobre a inflação.

GASTOS PÚBLICOS: as despesas de custeio dos ministérios e órgãos públicos sofrerão um forte corte ainda este ano. No orçamento deste ano, o governo cortará R\$ 3 bilhões só das emendas apresentadas pelos parlamentares.

EMPRESAS: o governo estuda a possibilidade de aumentar a alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, hoje em 25% (15% mais 10% de adicional). Deve rever também a isenção permitida do pagamento de juros sobre capital próprio.

LUCRO PRESUMIDO: o pacote deve elevar o limite mínimo de faturamento, de R\$ 12 milhões, que permite atualmente que milhares de empresas declarem o Imposto de Renda com base no lucro presumido (simplificado). Um maior número de empresas passará, portanto, a pagar imposto com base no lucro real.